Apresentação do nosso Volume 6, Número 11

"Línguas e relações de poder "

No mundo, estima-se que existem cerca de 7.000 idiomas. Destes, apenas alguns têm o status de línguas oficiais e outros, além disso, são idiomas internacionais. Muitas vezes, o status destes está relacionado a fatores econômicos ou políticos. Em outros casos, é devido à herança colonizadora. As línguas que não gozam de um status elevado acabam por ter espaços limitados para seu uso ou perecem se deixam de ser transmitidas para gerações subsequentes de falantes. Esse fenômeno ocorre em todas as latitudes do mundo. No caso particular de nossa América, podemos encontrar esta problemática com as línguas indígenas e, embora menos visível, mas com a mesma importância, com os idiomas crioulos. Para os leitores da nossa revista, no número 11 desta publicação, apresentamos uma discussão variada sobre algumas práticas de linguagem e suas interações com outras pessoas. Existem estudos históricos sobre o poder subversivo e a resistência das línguas indígenas, propostas pedagógicas para mantê-los e revitalizá-los, abordagens estratégicas para a descolonização do pensamento e do conhecimento, análise da relação entre linguagem, poder e identidade e reflexões sobre a situação de outras línguas Eles coexistem em áreas plurilingües como o crioulo e as dificuldades e preconceitos que enfrentam porque não têm um status elevado.

Da Venezuela, Esteban Emilio Mosonyi apresenta uma experiência sobre patuá no artigo que aparece na seção da Academia Militante: **Sobre uma tese de doutorado sobre o "patuá de Güiria", Venezuela**. O autor descreve o caso de um falante que, tendo nascido na Venezuela e tendo dois idiomas em casa, desenvolveu uma situação de trilinguismo: patuá (ou francês crioulo da ilha caribenha de Santa Lucía), espanhol e inglês. Este caso é marcante devido à semelhança do patuá com o das línguas indígenas, relegado a um uso quase proibido por falta de status oficial. Além disso, o autor explica como no imaginário de algumas sociedades têm ideias arraigadas sobre quão prejudiciais essas linguagens podem ser no desenvolvimento cognitivo daqueles que as aprendem em uma idade precoce e porque essas idéias não são transmitidas às novas gerações. No entanto, também parece haver uma mudança recente no plurilinguismo doméstico ou social que é apoiado por algumas políticas governamentais, talvez ainda com algumas limitações que certamente poderiam ser superadas com experiências concretas de fortalecimento linguístico. Finalmente, o autor dá conta das origens desta língua crioula da ilha caribenha, o relacionamento que mantém ou não com as línguas africanas, as influências culturais que a

permearam e até a apropriação do termo "crioulidade" pelos venezuelanos para auto-nomear eles mesmos como "criollos".

Antes de avançar para o nosso dossiê, que, como sabemos, é dedicado às relações que são dadas em diferentes idiomas em termos de miscigenação e poder, oferecemos duas conferências em nossa seção "Conferências e entrevistas", que se realizaram durante o ano de 2017. O primeiro é chamado de "**Machismo mata, a discriminação mata, a desigualdade mata ... Contribuições para a denúncia e o debate sobre a grave situação do feminicídio na Argentina**". Um olhar das mulheres migrantes que foi apresentado no mês de julho antes da audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Nesta conferência, suas palestrantes, Silvia Romero e Ana Téllez Luque, falam sobre a urgência de mudar as formas de relacionamento que existem com as mulheres. A segunda conferência é conduzida por Francesca Gargallo Celentani e é intitulada "**Feminismos e políticas femininas no horizonte para acabar com os mandatos patriarcais da violencia**". A conferência de Gargallo foi realizada na Universidade Nacional do Sul, Bahía Blanca, Argentina, em setembro de 2017.

Quanto ao conteúdo do dossiê, abrimos com Tesiu Rosas Xelhuantzi, que em seu artigo "**Colonização linguistica e subversão descolonial Nahua no século XVI**" faz uma viagem histórica a partir da publicação da "Gramatica Castellana" de Elio Antonio de Nebrija no final do século XV e das anotações coletadas em vários textos ao longo do século XV. O autor dá conta dos propósitos da coroa espanhola para estender o seu império às Américas através, nas palavras do autor, "de um projeto de colonização de linguagem que acompanharia a conquista terrena e espiritual". A estratégia era ensinar espanhol aos índios; No entanto, isso não prosperou. Em vez disso, o cristianismo foi procurado, mas a diversidade linguística representou uma barreira. Quanto a este último uma prioridade para a coroa, a estratégia foi aproveitar da situação linguística existente e linguas muito expandidas antes da chegada dos espanhóis e utiliza-las como línguas francas para transmitir a mensagem cristã, especialmente Nahuatl. Em meio a esse processo de usar essas linguas surge a Faculdade de Tlatelolco, que promovia o ensino de latim e castellano aos chamados índios para transformá-los em agentes ativos de evangelização e, ao mesmo tempo assegurar um corpo de funcionários do governo local; Parte desse treinamento seria em latim. O autor descreve os benefícios que esta estratégia para a formação dos índios na esfera religiosa trouxe para a coroa. No entanto, o treinamento nas línguas coloniais, deu acesso aos falantes nahua ao conhecimento do direito romano que lhes permitiu se defender de abusos e exigir direitos que correspondessem a eles. O autor concluí com reflexões sobre as implicações da apropriação de modelos ocidentais para reivindica as populações locais como "intelectuais autônomos e ativos".

Seguindo a linha das línguas indígenas, no artigo intitulado "**Nikan ka tlapowalistli: histórias daqui. A história tradicional como uma pedagogia emergente para uma educação intercultural bilingue em Tepetzintla, Veracruz**", Jazmín Nallely Argüelles Santiago descreve a situação de deslocamento que a língua náhuatl atravessa em uma cidade em Veracruz, no México. A origem desse fenômeno encontra-se no crescente uso do espanhol nas atividades diárias dos habitantes desse lugar e na falta de espaços nas instituições públicas e na mídia. Além disso, a língua náhuatl é falada principalmente por pessoas idosas e adultos e, em menor grau, por jovens pais, adolescentes e crianças. Isso parece representar uma perda gradual dessa linguagem. Então, como forma de corrigir esta situação, o projeto "Nikan ka tlapowalistli. Histórias daqui" procurou promover a aprendizagem e a preservação da linguagem entre meninos e meninas através da implementação de workshops para criar histórias em Nahuatl. O projeto envolveu sujeitos diferentes, como pais, professores, especialistas indígenas, autoridades locais e crianças na educação primária. Parte do projeto envolveu a realização de acordos sobre planos de atividades, entrevistando pessoas idosas para recuperação de conhecimento e selecionando a informação que servirá de base para a redação das histórias. As histórias, como produtos finais, tiveram o propósito de serem usadas como material didático para o ensino e a aprendizagem do náuatl. É importante notar que os fundamentos dessas histórias têm princípios filosóficos, como a relação entre os seres vivos, a origem do milho, as danças, as festas, a conquista e a dominação, os rituais, entre outros. Finalmente, além do objetivo de revitalizar a linguagem, esta iniciativa visa fortalecer a identidade das pessoas e despertar a apreciação pela diversidade linguística da região.

Sabemos que os Nahua eram um dos povos mais extensos do território mexicano antes da conquista dos espanhóis. Isso foi amplamente discutido por diferentes especialistas e o trabalho continua como exemplificado pelos dois trabalhos já mencionados nesta edição da revista. Para ampliar a gama de trabalhos em outras línguas, Lucia Agraz Rubín, em seu artigo intitulado "**Narrativa e arte de Wixárika no processo de descolonização: uma reivindicação de Wirikuta**" coloca no centro de sua discussão o potencial que as narrativas e a arte dos diferentes povos indígenas como uma forma subversiva contra o pensamento e as atividades ocidentais que ameaçam territórios sagrados, como o Wirikuta do Wixárika (Huicholes), que, portanto, também afeta sua cultura. Nas palavras do autor, seu trabalho é desenvolvido "de uma perspectiva cognitiva da enatividade entre a cosmologia de Wixárika apresentada em sua narrativa e sua co-determinação com o território sagrado de Wirikuta". Conforme discutido neste artigo, o povo de Wixárika concebe o homem como uma espécie e todos os elementos da natureza de forma inter-relacionada e não de forma fragmentada, como é feito a partir do pensamento ocidental. A partir desta concepção, o autor desafia a superioridade da epistemologia ocidental sobre a de um povo como o Wixárika, observando que o discurso colonial serve para fragmentar elementos inter-relacionados e exercer a dominação. É por isso que ele pretende retomar a sabedoria

contida em suas narrativas e arte, para reformular conceitos como conhecimento, verdade, ética e política em um mundo em que o discurso colonial predomine.

No presente, o objetivo é manter uma dinâmica de desenvolvimento das línguas indígenas; No entanto, existem fatores que tornam este trabalho difícil raramente visto na literatura. Assim, Gregorio Hernández Zamora, em seu artigo "**Cultura escrita bilíngue em escolas indígenas no México: distância entre normativo e o descritivo**" coloca em perspectiva a realidade das línguas no México, desambiguando termos como linguagem e dialeto e indicando o número atual de línguas nativas deste país. Apesar de reconhecer que há um número significativo de idiomas, eles não possuem um sistema de escrita que os limita a serem usados apenas por via oral. Isso leva o autor a questionar a origem desse fato e sugere três causas principais: histórico, linguístico e educacional. Historicamente, as línguas não possuíam um sistema de escrita. Havia alguns, como os Maias, que desenvolveram a escrita ideográfica; no entanto, eles não eram de uso comum para toda a população, o que poderia explicar por que hoje a maioria das línguas indígenas carece de um sistema de escrita. Além disso, há dificuldades em determinar uma escrita padronizada devido ao número de variantes do mesmo idioma. Além disso, o campo educacional, especialmente a chamada educação bilingue, não parece contribuir com as condições necessárias para o desenvolvimento das línguas indígenas. Embora haja um quadro regulamentar oficial para isso, a realidade é diferente. O autor termina com reflexões sobre a promoção do uso de línguas em diferentes espaços e enfatiza a necessidade de criar uma cultura que reconheça a realidade multilingue do país.

No México, a situação linguística é complexa: o espanhol é a língua oficial, 68 línguas indígenas são faladas e o inglês é ensinado como língua estrangeira da educação básica ao ensino superior. A aprendizagem do inglês pode representar dificuldades não só linguísticas, mas outras como poder e identidade para muitos estudantes. Nesta edição da revista Colette Despagne em seu artigo "**Idioma, poder e identidade na aprendizagem do inglês: o caso dos estudantes da Serra Norte de Puebla**" mostra os fatores que contribuem para os desafios dos estudantes de bolsas indígenas e mestiças que aprendem o inglês e no seu compromisso com estratégias autônomas (como a construção de comunidades imaginadas) durante a permanência da universidade com base em crenças profundamente enraizadas e a mudança de percepção de si mesmas. Isto é baseado nos legados coloniais, na modernidade e na colonialidade do poder que intervêm na aquisição do inglês. A pesquisa enquadra-se na área das teorias lingüísticas aplicadas (críticas) e pós-coloniais para entender o contexto sócio-histórico em que os alunos são colocados ao aprender inglês e questionar as relações de poder e as desigualdades entre as línguas e as culturas no México. Esse é um estudo de caso etnográfico crítico em que convergem aspectos sociolingüísticos, políticos, históricos e culturais. As técnicas utilizadas foram a observação e as entrevistas realizadas durante um ano, a informação foi

compilada para dar origem a sua análise, onde concluiu que as percepções que os alunos têm em relação à língua inglesa estão profundamente enraizadas nos legados coloniais do México, que derivam relacionamentos de Poder cultural e linguístico desigual entre as línguas e as culturas deste grupo.

Mudamos o contexto das línguas indígenas no México para nos aproximarmos de outras realidades linguísticas. Desta forma, o artigo "**O mito das linguas misturadas e dos crioulos franco-caribenhos**", de Paola C. Carrión González, procura esclarecer a situação atual das línguas mestiças e crioulas, com base em uma visão metodológica das obras lexicográficas e sociológicos e os problemas que enfrentam em comparação com outros idiomas ao contemplar os níveis histórico, linguístico, geográfico, político, econômico, ecológico e sociológico. A influência das línguas melhor posicionadas pelos falantes de acordo com o território, o número de falantes e diglossia geram limitações à sua sobrevivência. É por isso que a importância reside nos estratos como elementos de definição. Embora existam dicionários bilíngües, as línguas crioulas enfrentam duas situações importantes: falta de recursos lexicográficos monolíngües e diglossia, de modo que ainda não possuem status de idioma oficial em frente à língua francesa.

Continuando a presente edição, abrindo a seção de artigos livres, oferecemos uma pesquisa que apresenta a análise e reflexão de uma história popular. É interessante como sua autora, Graciela Hernández, vislumbra as relações de poder associadas às mulheres e como alguns comportamentos abusivos são naturalizados. O artigo é intitulado "**A pastora e o Côndor: dos antagonismos entre a natureza e a cultura aos antagonismos de gênero**.

O segundo artigo livre desta edição é uma sistematização da experiência do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI) no Brasil. É uma série de encontros que desde 2013 questionaram a colonialidade. O trabalho decorre da experiência das reuniões e da documentação teórica. É intitulado "**Encontro Nacional de Estudantes Indígenas no Brasil: reflexões compartilhadas**" e é escrito por Michele Barcelos Doebber, Angélica Domingos e Ivanilde da Silva.

Do México, encontramos um trabalho sobre Direitos Humanos e Povos Indígenas que é enviado por Ana Luisa Guerrero da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Com o título "**Reflexões ético-políticas sobre os direitos coletivos dos povos indígenas**", a autora levanta a necessidade de rever as implicações ético-políticas do reconhecimento internacional dos direitos dos povos indígenas.

O artigo que fecha esta seção é apresentado por Jorge Reyes López e é intitulado "**O Problema das Filosofias dos Povos Originais. Uma abordagem da filosofia da libertação**". Propõe-se abordar o desarmamento do olhar eurocêntrico que nega a filosofia fora do pensamento ocidental. É um trabalho filosófico que fala da urgência de uma filosofia criadora de críticas.

Finalmente, no que diz respeito ao material que oferecemos, damos duas revisões de livros. O primeiro, "**Dignify history, volume II. As Forças de Libertação Nacional e os combates de memória (1974-1977). 2016. Apodaca, Nuevo León, México: Grupo Editorial de La Casa de Todas e Todos. 135 p**", foi escrito por Luis Rodríguez Castillo e trata de um trabalho no contexto de uma série de livros chamados "Cuadernos de Trabalho". História Dignificante ". A segunda revisão foi escrita por Abdiel Rodríguez Reyes e é intitulada "**Cerutti Guldberg, Horacio. 2015. Permitir outra vida trans-capitalista. México: UNAM / CIALC / Universidad del Cauca. 197 p**" É um livro criado a partir de uma série de palestras que o filósofo da libertação fez na Argentina. Ambas as avaliações são uma ferramenta muito completa para abordar as obras que revisamos nesta questão.

Este volume compilou trabalhos que têm como objetivo principal continuar a contribuir a partir do trabalho acadêmico, epistemológico e político para a transformação da prática em diferentes áreas. Nesta questão abordamos a questão das línguas e dos fenômenos que ocorrem ao seu redor. Embora pudéssemos achar que as línguas podem ser instrumentos de capacitação e resistência que permitem transformar as realidades de seus falantes e que a diversidade linguística tenha sido reconhecida em alguns países de Nossa América, a criação de espaços onde essas linguagens são tornadas visíveis ainda está pendente. e estar a par com as línguas coloniais para se atribuir o mesmo status. Sabemos e entendemos que não se trata de uma tarefa fácil, nem a tarefa de alguns sujeitos. Isso nos compromete a contribuir com nossas áreas para ter sociedades mais justas e livres.

Rolando Blas Sánchez
Docente Independente
Editor temático
Revistra nuestrÁmerica No. 11

Tradução de Matheus Cardoso da Silva
Editor-chefe
Revista nuestrAmérica